

NARRATIVAS DE INFÂNCIAS E VIOLÊNCIAS

Rodrigo Lages e Silva¹

RESUMO

O paradigma da segurança sobrepõe-se sobre o princípio comunicante das cidades, produzindo, mais do que o confinamento físico, uma experiência desvitalizada dos encontros. Nesse processo, é necessário que a diferença compareça destituída de sua capacidade de interpelar as subjetividades. A experimentação infantil da cidade, contudo, desconhece a convergência simplificadora das narrativas urbanas que clamam por vigiamento e segurança ou que desejam colecionar instantes assépticos da história urbana a partir de signos do passado da cidade prontos para o consumo. Esse texto parte de acontecimentos marcados no rés do chão da Rua da República, no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, para inspirar reflexões acerca do embate de forças que se expressa em traçados urbanos, fachadas de edifícios, modelos de infância ou dispositivos legais, espreitando novos possíveis para os modos de narrar a vida na cidade contemporânea.

Palavras-chave: cidade, infância, narrativa, segurança pública.

¹ Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

NARRATIVES OF CHILDHOODS AND VIOLENCE

ABSTRACT

The security paradigm over encodes itself upon the connectivity principle of the cities, producing, more than material confinement a bright less experience of encounters. In this process it is necessary that difference appears as dispossessed of its capacity to confront subjectivities. The enfant experience of the city though does not take in account the simplifier confluence of the urban narratives which claim for surveillance and security or that wish to collect taintless historical instants from readymade city past signs. This text departs from ongoings traced on the pavement level of the Rua da Republica street, in the Cidade Baixa neighborhood, Porto Alegre, to inspire reflections upon the clash of powers expressed on the urban grid, in the buildings front, in childhood conceptions and in legal apparatus, looking for new possibilities to the ways of narrating the urban contemporary life.

Keywords: city, childhood, narrative, public security.

MARCAS NAS CALÇADAS DA REPÚBLICA

Início dos anos 80. Rua da República. Porto Alegre. Bairro Cidade Baixa. Um domingo no parque. O menino de classe-média segura a mão do seu pai. Os gurus passam correndo. Dois deles. Em 20 metros podem encontrar a sua redenção e se perder em meio ao parque de árvores plantadas em homenagem ao patriarca positivista, Júlio de Castilhos, mas, antes disso, um transeunte percebe a movimentação e estende o pé. O primeiro tropeça e vai ao chão, violentamente, o que vinha logo atrás tropeça no primeiro e cai também. Os policiais chegam no segundo seguinte. Dois policiais. Um deles tinha uma barriga que estufava a farda e contrastava com a magreza dos meninos. A bolsa da mulher estava caída ao lado deles. A mulher de classe-média se apressa em reaver seus pertences. Os meninos têm olhos assustados. Têm medo. Dos joelhos brotavam pontos vermelhos de sangue, rachando a pele negra puída de poeira e falta de nutrientes. Única criança em meio aos adultos, apenas o menino, também de classe-média, que a tudo assistiu ainda esfolava os joelhos, mas brincando, jogando bola, e não fugindo da polícia. Diferentes feridas. Os joelhos do menino testemunhavam os acidentes de uma “fase do desenvolvimento”: a infância. Uma criança saudável cai e se machuca. Isso é normal. Os joelhos dos garotos negros testemunhavam a experiência de uma inscrição jurídica. Eles eram “de menor”. Nomenclatura que os designava como “em situação irregular”, isto é, fora da vigilância familiar, fora da escola, fora da ordem, fora de lugar.

Os policiais agarram os meninos, o braço torcido às costas. Há algo de amorismo, uma falta de jeito dos policiais na imobilização que só não resulta em fuga porque os meninos não parecem dispostos a fugir. As artes marciais mistas ainda não se tornaram o novo paradigma do confronto físico. Com o passar dos anos a indústria dos esportes marciais tornou as chaves de braço mais lesivas e mais dolorosas.

Mas há outros problemas. Os policiais não têm algemas e não conseguem, por isso, largar os meninos para passar um rádio e chamar a viatura. Um deles tem, então, a ideia de ordenar que um dos garotos desamarre o cadarço do Kichute para utilizar o cordão como forma de atar os meninos na grade de uma janela. As janelas térreas das casas da Rua da República têm grades. Os Kichutes, a nova onda dos calçados industrializados, imitando chuteiras, eram o sonho dos meninos do país do futebol.

Baratos e intensamente propagandeados pela mídia, tinham cadarços longos que atrapalhavam para amarrar, alguns meninos davam uma volta no tornozelo para fazer estilo. As grades da janela e os longos cadarços do Kichute serviram para atar os jovens negros num pelourinho revisitado. A brigada militar, por sua vez, também revisita os capitães do mato aos quais veio substituir quando o Brasil Imperial resolveu estatizar a recaptura de escravos fujões e empregar os soldados que retornavam da Guerra do Paraguai.

A Cidade Baixa, bairro de classe média, de trabalhadores e de estudantes vindos do interior para estudar na universidade federal, por sua vez, já foi uma região de várzea e de plantio em que mãos escravas cultivavam trigo e depois foi moradia para negros libertos que eram separados da parte nobre e alta da cidade por um muro que protegia os moradores do local que hoje chamamos de Centro Histórico. O muro oferecia uma proteção mais visível e mais generalizante, separando a cidade em duas, rebaixando a zona exterior ao muro de um modo muito mais profundo do que a mera conformação geográfica. Um rebaixamento que emprestava matizes de imoralidade e desordem para os negros e pobres que ali habitavam. A posterior valorização do bairro e a derrubada do muro, contudo, não significaram uma valorização das pessoas que eram objeto daquela segregação. Elas foram deslocadas para os bairros periféricos, conectados ao centro pelos antigos bondes e pelos corredores de ônibus. Mas algumas circulam, resistindo sua presença pelas ruas revitalizadas. Especialmente as crianças, as quais passariam a ser vigiadas por dispositivos legais, como o Código de Menores. Doravante passamos a ter aparatos técnicos de segurança mais discretos e fragmentados como as grades na janela, e intervenções oficiais mais formais como uma força policial supostamente treinada. Mas a infância, a pobreza e a pele negra seguem sendo uma lembrança inquietante do quão custoso é generalizar o ônus da ordem, enquanto se retêm os bônus do progresso. A história das cidades secreta conflitos e semióticas que encontram patentes nos capitães do mato, e também nos capitães de areia.

O sobrado de arquitetura eclética, misturando a forma de edificação colonial com os novos ares positivistas do final do século XIX tinha abrigado às famílias que

enriqueceram com a expansão dos negócios da província após a primeira onda migratória. As mãos caboclas tedescas e venezianas moralizaram o campo da indolência gaucha, trazendo a razão protestante que reconcilia a prosperidade através do trabalho com a fé. E a produção agropecuária da segunda onda de colonização passou a somar-se àquela produzida pelas mãos negras nas charqueadas do interior da província e nos cultivos nas regiões de várzea ao redor da capital. As famílias que faziam fortuna com o comércio e a distribuição destas riquezas aproveitavam a expansão da cidade de Porto Alegre em direção à antiga região de chácaras e capoeiras onde se escondiam negros fujões e que chamavam de Cidade Baixa, em contraposição ao relevo alto onde se construiu a catedral, o palácio do governo e os solares das famílias tradicionais, descendentes da primeira colonização açoriana, e alemães que se beneficiaram de chegar antes dos italianos colonizar os vales dos rios que deságuam no Guaíba onde podiam escoar a produção e fazer fortuna.

A partir da segunda metade dos oitocentos, ruas foram pavimentadas na Cidade Baixa para conectar o centro alto com a região distante da Azenha. Chácaras foram parceladas para dar lugar a residências, passeios transversais conectavam estas grandes avenidas que depois seriam ainda novamente modernizadas pela passagem do bonde elétrico.

Uma destas ruas transversais é hoje a que chamamos de Rua da República, cujos casarões que abrigaram as famílias abastadas do final do Império e foram, progressivamente, sendo esvaziados quando seus habitantes vieram a se instalar nos modernos edifícios de apartamento que se construíram a partir da segunda metade do século XX, na chamada “fuga ao leste” (COSTA & FONSECA, 2013), que expandiu imobiliariamente o território situado entre o Centro e o bairro Moinhos de Vento, ainda hoje o mais afortunado da cidade. Assim o casario da Cidade Baixa foi sendo trocado pelas famílias em nome dos charmosos edifícios de apartamentos e o comércio foi se instalando no seu lugar.

Contíguo ao Centro Histórico que, até os anos 80, antes do boom dos *shoppings*, ainda concentrava boa parte dos postos de trabalho do comércio, e com valor imobiliário mais baixo, o bairro Cidade Baixa concentrava as condições ideais para a abertura de “creches” (ainda não se falava em “escolinhas”). A inserção da mulher no

mercado de trabalho formal, fruto das lutas feministas dos anos 50, abria uma oportunidade de negócios.

Nosso casarão, então, passa a acolher estas crianças que precisam da vigilância profissional de adultos. E é ali que o menino que um dia usaria Kichutes passava seus dias de infante.

Num desses dias, a turma de crianças faz uma “intervenção artística” na calçada da rua república em frente à creche. Com tintas politicamente incorretas, nada atóxicas como as tintas usadas pelas crianças hodiernas, o menino desenhou o rato americano, símbolo da autonomia e da liberdade: Mickey Mouse. O personagem que na sua origem, também politicamente incorreta, bebia e fumava, tendo sido posteriormente domesticado para simbolizar a conjugação virtuosa entre astúcia e bondade na propaganda bélica estadunidense, contra a suposta tirania ignóbil soviética.

As crianças de classe-média, filhos da geração pós-lutas feministas e que ficavam em creches enquanto os pais saíam ao trabalho também eram colonizadas pelo imaginário da guerra-fria com suas dicotomias mocinho-bandido, e as marcas dessa colonização ficariam gravadas por um bom tempo sobre as pedras portuguesas da Rua da República.

Tais pedras portuguesas, diferentemente das de Lisboa que são brancas e refletem ou produzem a famosa luminosidade da capital lusitana, são vermelhas e ainda hoje existem aqui e ali nas calçadas da Rua da República. O atual movimento de *gourmetização* do bairro, porém, fez substituir as creches – já descentralizadas, seguindo a redistribuição dos postos de trabalho pela cidade - por bares e bistrôs, acompanhando o movimento que nas duas últimas décadas tornou a Cidade Baixa o bairro mais boêmio de Porto Alegre, tornando as pedras portuguesas cada vez mais escassas.

Esse movimento de *gourmetização* exige pavimentações regulares capazes de acolher as mesinhas das biroscas e bistrôs, onde. Mas não se trata de que as pedras portuguesas sejam indesejáveis, pelo contrário, junto com as luminárias que simulam os antigos lampiões a gás e projetam luzes e sombras sobre o casario remanescente, são justamente esses traços do passado imperial que valorizam a rua e emprestam uma aura de autenticidade na cidade do Brasil com mais shoppings por habitante. É, pois, a convivência paradoxal da pavimentação regular e simétrica dos avarandados dos bares

com a textura irregular do ladrilho remanescente que permite ao cidadão saciar sua sede de autenticidade no ar livre dos centros históricos e nos bairros revitalizados pelo Brasil.

Nosso casarão também foi vítima desse embate e forças. No começo século XXI o prédio maximizou os ganhos que seus metros quadrados de terra urbana ocupam, conservando a fachada eclética, mas remodelando o seu interior para acolher um estacionamento de automóveis.

Os clientes dos bares têm necessidade de compensar a suburbanização da vida nos condomínios fechados e prédios de apartamentos. Na desolação das vias velozes através das quais a cidade se desdobra em movimento centrífugo, as almas urbanas anseiam pela aura de proximidade e lentidão que as estreitas ruas da região central prometem, junto com os traços remanescentes do passado colonial. Para tanto, precisam estacionar seus automóveis, cujas vias estreitas não já não comportam, quando se deslocam para o bairro boêmio. Daí que o casario remanescente é reconstruído, ora pacificamente através de reformas, ora através de incêndios criminosos que consomem as paredes e os telhados tombados, e abrem espaços para estacionamentos apenas disfarçados na fachada pela decoração escultórica do passado colonial. O que o cidadão de classe-média, mutuário do sistema de financiamento de habitacional que lhe brindou com quarenta anos de financiamento a juros altíssimos (mesmo que subsidiados), é que são as narrativas que produzem os centros e os subúrbios, da mesma forma que produzem as vidas médias e as vidas desviantes.

NARRATIVA E FICÇÃO

Narrativas estão em disputa. Em tempos de hipermodernidade (LIPOVETSKY, 1989) ou modernidade líquida (BAUMAN, 2001), a descentralização e a dispersão dos campos de enunciação desestabilizaram a pretensa unidade vertical de formação do senso comum a partir das instâncias clássica: religião, família, tradição, etc.. As mídias também se fragmentam e se multiplicam dentro e fora do ciberespaço, semeando múltiplas perspectivas sobre a experiência histórica, ainda que os algoritmos computacionais tentem limitar e conduzir essa diversidade para um patamar menos potente do que ela pode alcançar.

Há relativamente pouco tempo se dizia que as narrativas estavam em crise (LYOTARD, 1993) que eram tempos de desconfiança, incerteza, declínio das formas organizadoras da nossa experiência coletiva. Hoje estão em disputa. A inteligibilidade da experiência contemporânea não está garantida pelas versões hegemônicas vendidas pela mídia corporativa ou pelas produções *hollywoodianas*. Sem abolir as antigas dicotomias: direita-esquerda, ocidental-oriental, branco-negro, jovem-velho, masculino-feminino, etc.; as formações trans, híbridas ou mestiças se insurgem nos modos de afirmar a vida.

Olhar a narrativa como um campo de disputas exige, portanto, uma reflexão ética. Como entramos nessa disputa? O que queremos com as histórias que contamos? Ou, como pretendemos construir a história a partir das nossas narrativas?

Daí que a ficção nos parece ser uma aposta ética relevante.

Entramos nessa disputa não para sobrepor a nossa narrativa àquelas que vicejam alhures, mas para expandir o campo do possível, para complexificar essa disputa e lançá-la para além das binaridades e dos maniqueísmos. A ficção é uma potência da narrativa que a permite flertar com um campo virtual (DELEUZE, 1998), isto equivale a dizer que a ficção é da ordem do que nas narrativas afirma-se como “forças ativas” (NIETZSCHE, 2005), ou seja, como usina de compossíveis que se fecundam mutuamente, ao desdém das formas instituídas.

Narrar as experiências na cidade é, pois, uma forma de encontrar nas virtualidades urbanas, as forças ainda indecidas que vão dar inteligibilidade aos modos de vida que se produzem no contemporâneo (AGAMBEM, 2009).

ORDENANDO INFÂNCIAS, MODERNIZANDO A SOCIEDADE

A infância foi inventada. O impacto dessa afirmação alçou a obra de Philippe Ariès (1978), *A História Social da Infância e da Família*, à leitura obrigatória nos cursos de pedagogia e de psicologia no Brasil e no mundo. A partir dela, compreendemos que o objeto sobre o qual nossos saberes modernos estabelecem um olhar formador e/ou corretivo, a infância, não é uma exigência da natureza, mas fruto de certos investimentos históricos, de certos processos valorativos e de possibilidades enunciativas.

Mas, se é verdade que a infância enquanto tal foi inventada, articuladamente com a reorganização do lugar da família na estrutura social como espaço de trocas afetivas e de formação moral, e das relações de poder sob a lógica de uma dispersão descendente da individualidade sobre a sociedade (FOUCAULT, 1987); também é verdade que nessa invenção “uma infância” vista como idílica, alegre, frágil ou preciosa torna-se “a infância” a ser reproduzida, corrigida, cuidada, educada, etc.. O que equivale a dizer que a infância já é inventada como infância normal, regular, desejável; em contraste às infâncias desviantes, anormais, ou mesmo, perigosas.

A sociedade inventa a infância a sua própria forma, projetando sobre ela seus anseios de virtude e de estabilidade, fazendo equivaler a educação ao progresso.

No Brasil, observa-se que a busca pela superação de uma menoridade, de uma imaturidade enquanto nação, passou por sinalizar ao mundo que estas terras deixavam de ser a ceara do atraso com a tardia abolição da escravatura e o começo da industrialização. Substituindo as mãos negras nos cafezais pelas mãos europeias e seu “gosto pelo trabalho”, em oposição à suposta indolência cabocla, buscava-se ordenar as instituições, através da doutrina positivista e seu lema: “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”; que, ao vicejar no seio militar, acabou sendo amputado para a “ordem e progresso” que adorna o pavilhão nacional e faz sorrir os conservadores.

No Brasil meridional, a filosofia-religião positivista foi um elemento fundamental de modernização das cidades e das sociabilidades. Região imersa em violentos conflitos agrários e em confrontos étnicos entre portugueses, negros, alemães, hispânico-platinos, indígenas, italianos, etc., o Rio Grande do Sul conheceu certa estabilidade social através do republicano Júlio de Castilhos que no final do século XIX, tal como seu líder inspirador Augusto Comte, tinha apreço pelas leis e repulsa pelo terror produzido pela instabilidade política, e logrou aprovar a primeira constituição estadual do Brasil e conter a revolução federalista, não à toa chamada “revolta da degola” (BAKOS, 2011).

No período em que o positivismo tornou-se a grande filosofia-religião das famílias bem-nascidas de Porto Alegre, marcado pelas administrações de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros na Província e por seus afiliados no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), José Montauray, Alberto Bins e Otávio Rocha na

capital, estendo-se por 40 anos entre 1897 e 1937, o programa de domingo era frequentar o Templo Positivista, ainda hoje em pé na Avenida João Pessoa, bairro Cidade Baixa, próximo da Rua de República, ao lado do Parque Farroupilha, também chamado Parque da Redenção.

Adeptos do altruísmo, os positivistas exerciam sua concepção *sui generis* de virtude, capaz de lutar contra a monarquia e o escravagismo sem enfrentar a desigualdade social, o autoritarismo, o machismo e outras formas de impor ordem ao mundo. No traçado e na arquitetura da cidade, essa paz precisou se sobrepôr às vidas daqueles que habitavam os capões e as chácaras da Cidade Baixa.

Ao mesmo tempo em que defendia o direito à liberdade dos negros, o positivismo desqualificava o seu modo de vida e os expulsava das regiões centrais da cidade a qual buscavam revitalizar ou, ao modo de dizer da época, higienizar, construindo parques, avenidas e templos; oferecendo serviços públicos de distribuição de água, esgoto, eletricidade, iluminação pública, coleta de lixo, etc.. Nos primeiros anos do século XX Porto Alegre foi a cidade do Brasil com maior número de serviços públicos, e embora os positivistas afirmassem o direito à moradia digna e reclamassem da incompatível feiura da cidade, tomada por cortiços, com os ares de modernidade do século nascente, estes mesmo serviços e obras públicas valorizavam o preço da terra urbana a qual era transferida para a expansão imobiliária via privatização de terras públicas (BAKO, 1998), tornando mais difícil a vida dos pobres.

No plano nacional, tais procedimentos são coerentes com os ventos da modernização fortemente influenciados pelo republicanismo positivista e militar. A administração das coisas públicas andava *pari passu* junto à condução das condutas. Enfermos, mandriões, loucos e desocupados, degenerados em geral vão ser objeto da medicina, da psiquiatria, da psicanálise e da psicologia nascentes que vão se ocupar da “patologização do dia a dia dos subalternos” (BAPTISTA, 1999, p.119); crianças sem família ou afastadas destas, por sua vez, se tornarão objeto de legislação específica. Nesse contexto é que surge primeiro o Código de Menores Mello de Mattos, em 1927, junto com diversas iniciativas de vigilância e controle sobre as crianças que cresciam à revelia das rédeas familiares e que culmina em 1979 com o novo Código de Menores e a Doutrina da Situação Irregular, vindo a culminar em 1990 com a doutrina da Proteção Integral presente no, ameaçado porém vigente, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Cláudia Fonseca (2004) coloca em perspectiva a formação desses códigos, articulando-os aos movimentos internacionais de formalização do aparato legal acerca das crianças e dos adolescentes, apontando uma tensão que marcou os movimentos internacionais de formação dos diversos códigos entre a tentativa de responsabilizar o Estado para que garanta os direitos mínimos à proteção, educação saúde e alimentação, e as tentativas liberais de afirmar direitos civis: liberdade de expressão e de pluralidade de ideias, relegando as proteções sociais à responsabilidade familiar.

Forjado no pando de fundo da guerra-fria, nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, embora represente um avanço, não apenas protege uma infância ideal ou natural, mas conceitua e inscreve juridicamente um infância fraturada pela disputa entre o poder do Estado e o da família. A maquinaria binarizante das narrativas hegemônicas parece estar sempre disponível, seja para produzir formações urbanas, ideologias, moralismos ou para produzir leis, ainda que progressistas.

Da ordem e progresso positivista ao maniqueísmo *hollywoodiano* da Guerra Fria a infância pobre e negra passou da ótica da degenerescência, pela compaixão arrogante do altruísmo que lhe fez objeto de caridade, e ingressou, por fim, na condição de sujeito de direitos garantidos pelo ECA. Mas sua cidadania comparece apenas na condição de um desequilíbrio entre a proteção dos seus direitos fundamentais, sempre muito difusa, sempre difícil de ser objetivada, e a sua responsabilização legal através das medidas sócio-educativas que será vista pela opinião como insuficiente e branda.

NARRATIVAS DA CIDADE

Pignatari (1995) dizia que as cidades contemporâneas vinham cada vez mais se caracterizando por uma experiência de *usuariidade*, isto é, ao invés de a cidade inspirar novas sensibilidades sobre a experiência da vida comum, a semiótica da expansão imobiliária, dos fluxos automotivos, da objetivação carcerária da cidade - zoneando riscos e intensificando vigilâncias – tem como efeito a organização das vidas urbanas como experiência de sobrevivências de curto prazo, nas quais a cidade é utilizada (daí o termo *usuariidade*) como meio para obtenção de recursos e satisfação de necessidades, e não como matéria de expressão de sentidos ou amplificação de potências. Experimentada enquanto plano de deslocamento e coleta de itens de recompensa

(trabalho, objetos de consumo, encontros amorosos, etc.) a cidade estaria sendo apartada da sua força semiótica mais potente, qual seja, a de fazer e desfazer sentidos para os vívidos: corporais, perceptivos, sensíveis, sensuais, coletivos, etc.; para o que Pignatari chama, simplesmente, de dimensão política ou comunitária.

Em outro texto com mote parecido, Michel De Certeau (1994) descreve a experiência de viajar de trem como uma “experiência especulativa do mundo” (p. 194). Isolado na cabine, o passageiro de trem é conduzido a supor-se numa estase, em contraposição ao mundo veloz que se descortina pela janela. Nem o passageiro e nem o mundo são estáticos. Mas os trilhos do trem e a janela produzem o truque que permite a experiência da interioridade. A modulação cinética do trem induz à experiência da estase interior, de uma subjetividade unitária e definível em contraposição ao mundo borrado e efêmero que passa “lá fora”. Apenas os estalidos dos trilhos e das vidraças a se rebaterem nos caixilhos é que vão denunciar o grande artesão desse truque que é o motor da locomotiva.

O que estas passagens nos mostram é a experiência não ingênua do olhar e do transitar. Andar pela cidade, habitar, deslocar-se nada tem de natural ou necessário, mas são ações moduladas a partir de lógicas que por vezes nos escapam. Olhar o mundo através de janelas ou de telas, “tudo em quadrados” como diz a música de Adriana Calcanhotto (2002), não apenas seleciona ou recorta aquilo que se vê, mas também modifica o modo de olhar, cria a ilusão de interioridade, a suposição da distância, “remoto controle”. Modulações, pois, do transitar e do ver que se expressam em práticas de si e em condução das condutas próprias e alheias, ou seja, em governamentalidades (FOUCAULT, 1979). No governo de si e no dos outros. Na produção do si próprio em relação com os outros e na precaução relativamente aos usos que os outros fazem do seu potencial de variação ou de diferenciação, de sua “liberdade”. Um conjunto de práticas, portanto, que também chamamos de gestão, cuidado ou intervenção e que incidem não apenas sobre os corpos, mas, na contemporaneidade, têm foco, sobretudo, nos espaços em que transitamos e nos objetos que emergem desses regimes de visibilidade.

Nessa experiência usuária da cidade, em que transitamos em suposta estase, especulativamente, a persistência da violência, especialmente daquela praticada por crianças interpela nosso torpor pequeno-burguês, otimista, vaidoso, meritocrata. Não é que existam infâncias fora da ordem. É que há um fora que é ainda mais distante do que

qualquer exterioridade, que é o plano de forças selvagens não ordenadas pelo binarismo ordem-desordem.

Na ética protestante em que o “trabalho enobrece o homem”; na filosofia positivista de ordenação do espaço público; na doutrina da situação irregular para o controle das infâncias desviantes na cidade e nas que a vieram a substituir; em todas estas dimensões vemos a experiência do fora (BLANCHOT, 1987) ser modulada binariamente, numa domesticação de sua potência que se articula à violência de Estado apresentada como necessária à preservação social.

Narrar experiências urbanas, tal como apresentadas no início deste texto, é uma estratégia para acessar esse domínio do fora, disputando sentidos e construindo possíveis para as vidas que não se adequam às trajetórias ordenadas e cronificadas da escola, das internações, da intimidade familiar. É ir ao encontro das inteligências implicadas nas solidariedades horizontais de bando, em que todos são capitães, em oposição às hierarquias especulares da relação adulto-criança.

ENCANTANDO CIDADES

A cidade também fala: ruidosamente no vai e vem das ruas; com eloquência silenciosa na compacidade da sua arquitetura. A cidade é uma mensagem que “nem todos entendem, mas todos são obrigados a ler” (PIGNATARI, 1995).

A criança que anda de mão com os pais ou que viaja no banco traseiro dos automóveis, já que não se conduz, pode olhar a cidade com uma atenção que a maturidade lhe roubará, assim como a alfabetização rouba a imagem da letra, que para os leitores será sempre um signo antes de um traço (POMMIER, 2011). A criança não olha a cidade por trás do vidro, isolada como o viajante da cabine do trem, tampouco a criança circula pela cidade como o adulto deambulante que sempre tem para onde ir. A criança olha para a cidade como alguém que está entre-tido. Tomada pelo “entre”, a criança joga com a construção de si e do mundo através da experiência do ficcionar, espreitando em cada esquina, em cada traço arquitetural, o extraordinário, o surpreendente, o que se apresenta sem chave decifratória. O oposto da tentativa pequeno-burguesa de colecionar signos-traço do passado para emprestar uma aura de autenticidade a vida desencantada (BENJAMIN, 1985).

Na ambição da maioria iluminista (KANT, 2005) por vezes desconhecemos o fato de que antes de ser aquela que obedece, a criança é aquela que se ilude, pois está in *ludus*, isto é, “no brincar”. Se a fazemos obedecer, mais do que por uma necessidade educativa inerente à infância, é porque já vemos nela o adulto pelo qual lhe haveremos de julgar.

Ficcionalizar as narrativas urbanas é, pois, reconstruir as condições de olhar para a urbe com olhos de criança que vê mais com a imaginação do que com a cognição, que mais inventa do que reconhece.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos Editora, 2009
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BAKOS, M. M. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. In: **Estudos Avançados**. 12 (33), 1998. pp. 213-226
- BAKOS, M. M. Augusto Comte e o positivismo no Brasil. **Estudios históricos**, ano III, Outubro, nº 7, ISSN: 1688 – 5317. Uruguay, 2011
Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion7/eh0707.pdf> Acessado em: 14/09/16
- BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades**. São Paulo: Summus Editorial, 1999
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed.. Zahar, 2001
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Primeira versão (1935/36). In: **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- BLANCHOT, M. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987
- CALCANHOTTO, A. **Esquadros**. CD. São Paulo: Tiranossaurus, 2002.
- COSTA, L. A.; FONSECA, T. M. G. Cidades sutis: dispersão urbana e da rede de saúde mental. In: **Psicologia e Sociedade**., Belo Horizonte , v. 25, n. spe2, p. 21-30, 2013.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000600004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12/09/2016
- DE CERTAU, M. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, G. O atual e o virtual. In: DELEUZE, G. & PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998 pp. 121-124
- FONSECA, C.L.W. Os direitos da criança – Dialogando com o ECA. In: FONSECA, C.L.W.; TERTO, V.; ALVES, C.F. (orgs). **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p. 277-293
- KANT, I. Resposta a pergunta: Que é esclarecimento? In: **Textos Seletos**. Editora Vozes: Petrópolis, 2005. pp. 63-71
- LYPOVETSKY, G. **A era do vazio**. Lisboa: Antropos, 1989
- LYOTARD, J-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

NIETZSCHE, F. **Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

PIGNATARI, D. Semioticidade. In: **Letras, Artes, Mídia**. São Paulo: Editora Globo, 1995.

POMMIER, G. A história da escrita e a aprendizagem de cada criança. In: LIER-DEVITO, M. F. & ARANTES, L. (orgs.). **Faces da escrita: linguagem, clínica, escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.